



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS**
Domingo, 17 de fevereiro de 2013.

Caderno de Prova A
2ª etapa: Prova de Conhecimentos
Cargo: Escrivão de Polícia de 3ª Classe

Este caderno de prova contém questões de

Prova Objetiva										Prova Discursiva			
Conhecimentos Gerais					Conhecimentos Específicos					Redação			
Língua Portuguesa	Realidade Étnica*	Informática Básica	Soma		Noções de Direito Penal	Noções de Direito Processual Penal	Noções de Direito Constitucional	Noções de Direito Administrativo	Soma				
Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Valor da Questão	Valor da Prova
10	5	5	1	20	8	8	7	7	2	60	1	50	50

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil (lei nº 14.911, de 11 de agosto de 2004).

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 94 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 91, 99 e 100 do Edital.
- 5) A resposta da prova discursiva (redação) deverá ser transcrita no caderno de resposta de redação com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O caderno de resposta será o único documento válido para a correção da prova discursiva, conforme itens 91 e 108 do Edital.
- 6) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 7) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 71, 72 e 95 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas
1	a b c d
2	a b c d
3	a b c d
4	a b c d
5	a b c d
6	a b c d
7	a b c d
8	a b c d
9	a b c d
10	a b c d
11	a b c d
12	a b c d
13	a b c d
14	a b c d
15	a b c d
16	a b c d
17	a b c d
18	a b c d
19	a b c d
20	a b c d
21	a b c d
22	a b c d
23	a b c d
24	a b c d
25	a b c d
26	a b c d
27	a b c d
28	a b c d
29	a b c d
30	a b c d
31	a b c d
32	a b c d
33	a b c d
34	a b c d
35	a b c d
36	a b c d
37	a b c d
38	a b c d
39	a b c d
40	a b c d
41	a b c d
42	a b c d
43	a b c d
44	a b c d
45	a b c d
46	a b c d
47	a b c d
48	a b c d
49	a b c d
50	a b c d

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

Paz como equilíbrio do movimento

1 Como definir a paz? Desde a antiguidade encontramos muitas definições. Todas elas possuem suas
2 boas razões e também seus limites. Privilegiamos uma, por ser extremamente sugestiva: a paz é o equilíbrio
3 do movimento. A felicidade desta definição reside no fato de que se ajusta à lógica do universo e de todos
4 os processos biológicos. Tudo no universo é movimento, nada é estático e feito uma vez por todas.

5 Viemos de uma primeira grande instabilidade e de um incomensurável caos. Tudo explodiu. E ao
6 expandir-se, o universo vai pondo ordem no caos. Por isso o movimento de expansão é criativo e
7 generativo. Tudo tem a ver com tudo em todos os momentos e em todas as circunstâncias. Essa afirmação
8 constitui a tese básica de toda a cosmologia contemporânea, da física quântica e da biologia genética e
9 molecular.

10 Em razão da panrelacionalidade de tudo com tudo, o universo não deve mais ser entendido como o
11 conjunto de todos os seres existentes e por existir, mas como o jogo total, articulado e dinâmico, de todas as
12 relações que sustentam os seres e os mantém unidos e interdependentes entre si.

13 A vida, as sociedades humanas e as biografias das pessoas se caracterizam pelo movimento. A
14 vida nasceu do movimento da matéria que se auto-organiza; a matéria nunca é "material", mas um jogo
15 altamente interativo de energias e de dinamismos que fazem surgir os mais diferentes seres. Não sem razão
16 asseveram alguns biólogos que, quando a matéria alcança determinado nível de auto-organização, em
17 qualquer parte do universo, emerge a vida como imperativo cósmico, fruto do movimento de relações
18 presentes em todo o cosmos.

19 As coisas mantêm-se em movimento, por isso evoluem; elas ainda não acabaram de nascer. Mas o
20 caos jamais teria chegado a cosmos e a desordem primordial jamais teria se transformado em ordem aberta
21 se não houvesse o equilíbrio. Este é tão importante quanto o movimento. Movimento desordenado é
22 destrutivo e produtor de entropia. Movimento com equilíbrio produz sintropia e faz emergir o universo como
23 cosmos, vale dizer, como harmonia, ordem e beleza.

24 Que significa equilíbrio? Equilíbrio é a justa medida entre o mais e o menos. O movimento possui
25 equilíbrio e assim expressa a situação de paz se ele se realizar dentro da justa medida, não for nem
26 excessivo nem deficiente. Importa, então, sabermos o que significa a justa medida.

27 A justa medida consiste na capacidade de usar potencialidades naturais, sociais e pessoais de tal
28 forma que elas possam durar o mais possível e possam, sem perda, se reproduzir. Isso só é possível,
29 quando se estabelece moderação e equilíbrio entre o mais e o menos. A justa medida pressupõe realismo,
30 aceitação humilde dos limites e aproveitamento inteligente das possibilidades. É este equilíbrio que garante
31 a sustentabilidade a todos os fenômenos e processos, à Terra, às sociedades e à vida das pessoas.

32 O universo surgiu por causa de um equilíbrio extremamente sutil. Após a grande explosão originária,
33 se a força de expansão fosse fraca demais, o universo colapsaria sobre si mesmo. Se fosse forte demais, a
34 matéria cósmica não conseguiria adensar-se e formar assim gigantescas estrelas vermelhas,
35 posteriormente, as galáxias, as estrelas, os sistemas planetários e os seres singulares. Se não tivesse
36 funcionado esse refinadíssimo equilíbrio, nós humanos não estaríamos aqui para falar disso tudo.

37 Como alcançar essa justa medida e esse equilíbrio dinâmico? A natureza do equilíbrio demanda
38 uma arte combinatória de muitos fatores e de muitas dimensões, buscando a justa medida dentre todas
39 elas. Pretender derivar o equilíbrio de uma única instância é situar-se numa posição sem equilíbrio. Por isso
40 não basta a razão crítica, não é suficiente a razão simbólica, presente na religião e na espiritualidade, nem a
41 razão emocional, subjacente ao mundo dos valores e das significações, nem o recurso da tradição, do bom
42 senso e da sabedoria dos povos.

43 Todas estas instâncias são importantes, mas nenhuma delas é suficiente, por si só, para garantir o
44 equilíbrio. Este exige uma articulação de todas as dimensões e todas as forças.

45 A partir destas ideias, temos condições de apreciar a excelência da compreensão da paz como
46 equilíbrio do movimento. Se houvesse somente movimento sem equilíbrio, movimento linear ou
47 desordenado, em todas as direções, imperaria o caos e teríamos perdido a paz. Se houvesse apenas

48 equilíbrio sem movimento, sem abertura a novas relações, reinaria a estagnação e nada evoluiria. Seria a
 49 paz dos túmulos. A manutenção sábia dos dois polos faz emergir a paz dinâmica, feita e sempre por fazer,
 50 aberta a novas incorporações e a sínteses criativas.

51 Consideradas sob a ótica da paz como equilíbrio do movimento, as sociedades atuais são
 52 profundamente destruidoras das condições da paz. Vivemos dilacerados por radicalismos, unilateralismos,
 53 fundamentalismos e polarizações insensatas em quase todos os campos. A concorrência na economia e no
 54 mercado, feita princípio supremo, esmaga a cooperação necessária para que todos os seres possam viver e
 55 continuar a evoluir. O pensamento único da ideologia neoliberal, levado a todos os quadrantes da terra,
 56 destrói a diversidade cultural e espiritual dos povos. A imposição de uma única forma de produção, com a
 57 utilização de um único tipo de técnica e de administração, maximizando os lucros, encurtando o tempo e
 58 minimizando os investimentos, devasta os ecossistemas e coloca sob risco o sistema vivo de Gaia. As
 59 relações profundamente desiguais entre ricos e pobres, entre Norte e Sul e entre religiões que se
 60 consideram portadoras de revelação divina e outras religiões da humanidade, reforçam a arrogância e
 61 aumentam os conflitos religiosos. Todos estes fenômenos são manifestações da destruição do equilíbrio do
 62 movimento e, por isso, da paz tão ansiada por todos. Somente fundando uma nova aliança entre todos e
 63 com a natureza, inspirada na paz-equilíbrio-do-movimento como método e como meta, conseguiremos
 64 sociedades sem barbárie, onde a vida pode florescer e os seres humanos podem viver no cuidado de uns
 65 para com os outros, em justiça e, enfim, na paz perene, secularmente ansiada.

BOFF, Leonardo. *Paz como equilíbrio do movimento*. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2001-2002/pazcomo.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2012. (Adaptado).

Questão 1

Defende-se no texto a ideia de que

- a) a vida surgiu a partir de um momento de estagnação, de inércia da matéria.
- b) o universo deve ser entendido como o agrupamento estático de todos os seres existentes.
- c) as coisas não são estáticas, fato que condiciona sua evolução.
- d) a razão simbólica é suficiente, por si só, para garantir o equilíbrio do universo.

Questão 2

No sétimo parágrafo (linhas 27-31), tem-se a ideia de que a justa medida

- a) consiste no uso consciente das potencialidades naturais e sociais, de maneira a não esgotá-las.
- b) é uma possibilidade de rompimento entre o mais e o menos, a fim de que o menos possa ser mais.
- c) deve ser entendida como a não aceitação e a superação dos limites que cerceiam a existência.
- d) é insuficiente para instaurar o equilíbrio entre as coisas e para manter a sustentabilidade no planeta.

Questão 3

No último parágrafo do texto (linhas 51-65), o autor defende a ideia de que a paz, considerada como equilíbrio do movimento,

- a) é fortalecida pelo pensamento neoliberal que predomina em grande parte do mundo atual e que valoriza a diversidade cultural e espiritual dos povos.
- b) é nutrida por ricos e pobres, sendo reforçada pelas diversas religiões do mundo, que buscam superar as desigualdades, as arrogâncias e os conflitos.
- c) encontra-se realizada nas sociedades atuais, já que a concorrência na economia e no mercado propicia a cooperação necessária para a paz entre os povos.
- d) encontra obstáculos nas sociedades atuais, que destroem as condições de paz, desvalorizam a cooperação e apresentam radicalismos e fundamentalismos em quase todos os campos.

Espaço para rascunho

Questão 4

No trecho “A felicidade desta definição reside no fato de que se ajusta à lógica do universo e de todos os processos biológicos” (linhas 3-4), a expressão em destaque pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- a) o revés
- b) o êxito
- c) a dificuldade
- d) a possibilidade

Questão 5

Qual função da linguagem predomina no texto?

- a) Conativa
- b) Referencial
- c) Emotiva
- d) Poética

Questão 6

O texto acima apresenta características que permitem enquadrá-lo no gênero

- a) carta de leitor
- b) resenha crítica
- c) carta pessoal
- d) artigo de opinião

Questão 7

Os termos “mas” (linha 14) e “quando” (linha 16) expressam, respectivamente, sentido

- a) adversativo e temporal
- b) conclusivo e conformativo
- c) concessivo e alternativo
- d) causal e condicional

Questão 8

Exerce função adjetiva o termo destacado em:

- a) “Tudo no universo é movimento” (linha 4)
- b) “As coisas mantêm-se em movimento, por isso evoluem” (linha 19)
- c) “A vida, as sociedades humanas e as biografias das pessoas se caracterizam pelo movimento” (linha 13)
- d) “Desde a antiguidade encontramos muitas definições” (linha 1)

Questão 9

No último parágrafo (linhas 51-65), o autor faz uma referência implícita à “hipótese Gaia” ou “teoria Gaia”, formulada por James Lovelock com o objetivo de defender que a Terra seria um organismo vivo, comportando-se como tal. Ao fazer isso, o autor estabelece entre seu texto e as ideias de Lovelock uma relação

- a) paródica
- b) sarcástica
- c) metatextual
- d) intertextual

Questão 10

No trecho “O universo surgiu por causa de um equilíbrio extremamente sutil” (linha 32), o termo em destaque exerce a mesma função sintática do termo destacado em:

- a) “Tudo no universo é movimento, nada é estático e feito uma vez por todas” (linha 4)
- b) “Importa, então, sabermos o que significa a justa medida” (linha 26)
- c) “As sociedades atuais são profundamente destruidoras das condições da paz” (linhas 51-52)
- d) “Por isso o movimento de expansão é criativo e generativo” (linhas 6-7)

Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil**Questão 11**

“Nas últimas décadas do século XVIII e princípio do século XIX, a situação econômica da capitania era crítica. A palavra decadência é a que mais se encontra entre os vários apelos e lamentos daqueles que a habitam, sejam provenientes das autoridades governamentais, sejam de elementos do povo”.

FUNES, E. A. Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. p. 32.

O texto citado aborda a crise da produção aurífera em Goiás. A consequência dessa crise foi o

- incremento da arrecadação tributária como consequência de o controle do contrabando ser mais eficaz na atividade agropecuária.
- aumento da ruralização pelo fato de parte da população abandonar as vilas e arraiais e mudar-se para o campo.
- crescimento da importação de escravos para viabilizar a exploração de minas auríferas de maior profundidade.
- acréscimo da atividade comercial em virtude do aproveitamento de capitais antes empregados na mineração.

Questão 12

Quais ex-governadores foram derrotados por Iris Rezende Machado nas disputas pelo Governo do estado?

- Mauro Borges e Otávio Lage.
- Paulo Roberto Cunha e Ronaldo Caiado.
- Leonino Caiado e Irapuã Costa Júnior.
- Ari Valadão e Henrique Santillo.

Questão 13

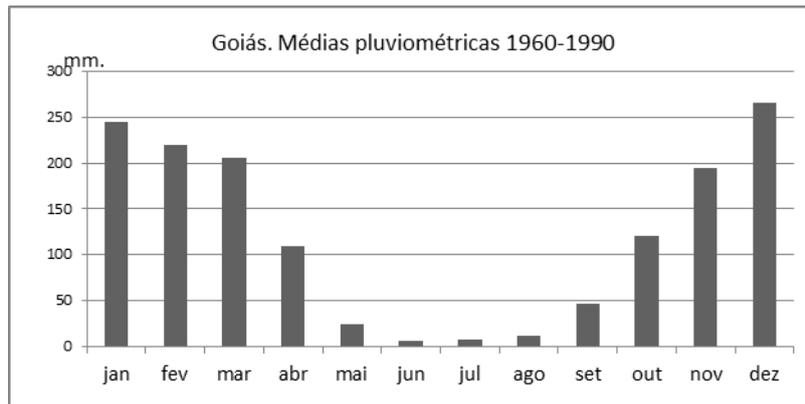
Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel publicou a lei Áurea, extinguindo oficialmente o trabalho escravo no Brasil. No que se refere a Goiás,

- o fim da escravidão não abalou as estruturas do setor produtivo, uma vez que a economia agropecuária não era dependente do trabalho escravo.
- a família dos Bulhões angariou um importante capital político ao se posicionar ao lado dos proprietários de terras contra o fim da escravidão.
- a campanha abolicionista foi liderada pela Igreja Católica, que se valeu dos ideais cristãos para criticar a escravidão.
- o maior proprietário de escravos era o setor público, que os utilizava nos serviços públicos, como o calçamento das ruas.

Espaço para rascunho

Questão 14

Observe o gráfico a seguir.



MARA, SNI. *Departamento Nacional de Meteorologia. Normais Climatológicas (1961-1990)*, Brasília-DF, 1992. (Organizado).

Considerando-se que o gráfico seja a representação das precipitações médias do estado de Goiás, e relacionando o tipo climático com a ocupação agrícola do estado, tem-se o seguinte:

- as lavouras permanentes demandam por irrigação durante o período de verão.
- as características climáticas favorecem o desenvolvimento das lavouras de sequeiro.
- o tipo climático favorece o cultivo das lavouras permanentes em detrimento das temporárias.
- o cultivo de lavouras de sequeiro é realizado durante o período do inverno.

Questão 15

Dentro das políticas de governo voltadas para o povoamento do interior do Brasil, algumas chegaram a lograr êxito fixando pequenos grupos de moradores. Dentre essas políticas, cita-se como exemplo a denominada "Marcha para o Oeste". Desta política, o projeto que mais fixou pessoas no interior do estado de Goiás foi

- o projeto rio Formoso, de produção de arroz irrigado nas margens do Araguaia.
- a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).
- a implantação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Ceres).
- o estabelecimento dos alemães na colônia de Uvã, em Itaberaí.

Espaço para rascunho

Informática Básica

Questão 16

Os principais navegadores disponíveis, como o Internet Explorer e Firefox, possibilitam escolher o tipo de informações de formulários da Web que eles poderão armazenar e preencher automaticamente para agilizar o processo de navegação. Sobre esse recurso no Internet Explorer 7, constata-se que

- a) o recurso de Preenchimento Automático poderá ser habilitado na Guia Segurança, do Menu Favoritos.
- b) por questão de segurança, sites confiáveis e serviços de webmails não permitem a utilização dos dados retidos pelo recurso de Preenchimento Automático.
- c) uma vez armazenadas as informações de Preenchimento Automático o procedimento de exclusão desses dados dependerá de autorização do provedor do site relacionado ao conteúdo.
- d) o recurso de Preenchimento Automático poderá lembrar-se de endereços da Web e de informações inseridas em formulários da Web ou senhas.

Questão 17

Os mecanismos de busca disponíveis na Internet (Google, Yahoo, entre outros) são sistemas que auxiliam no processo de navegação, consulta e seleção de conteúdos. Consultas mais refinadas auxiliam na diminuição das páginas apresentadas como resultado. Em relação aos recursos do Google, constata-se que

- a) a falta de recursos que permitam particularizar os resultados em um idioma específico dificulta o processo de análise.
- b) o sistema de busca não identifica erros ortográficos em português, por exemplo, o que exige mais atenção dos usuários de países com idioma diferente do inglês.
- c) a utilização do sinal de menos (-) precedendo um termo informado no campo de consulta indica que o resultado deverá excluir todos os documentos que possuam este termo.
- d) a utilização de termos entre aspas possibilita que o resultado da consulta apresente todos os documentos que contenham qualquer uma das palavras contidas no texto de consulta indicado entre as aspas.

Questão 18

O LibreOffice Writer é um editor de textos de código livre. A edição de documentos de textos pode ser agilizada com a utilização de teclas de atalho. Dentre esses recursos do Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, tem-se que:

- a) ao pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e S (Ctrl + S) o sistema salva o documento em edição.
- b) é possível ao usuário inserir novos atalhos a partir do menu Ferramentas, escolhendo na guia Avançado o item Teclado.
- c) para abrir um novo documento devem-se pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e A (Ctrl + A).
- d) para se localizar uma palavra ou frase em um documento de texto utiliza-se o atalho Ctrl e L (Ctrl + L).

Espaço para rascunho

Questão 19

No LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, o usuário pode adicionar com rapidez marcadores ou números às linhas de texto existentes, ou o editor pode automaticamente criar listas à medida que o usuário digita. Sobre esse recurso, nota-se o seguinte:

- a) em listas com vários níveis de endentação deve-se respeitar o padrão adotado para o maior nível, ou seja, os subitens de um item numerado, também deverá ser do tipo numérico.
- b) para ativar ou desativar o recurso de marcadores o usuário pode fazer uso do ícone  disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho F11.
- c) para se criar mais de uma lista enumerada em um mesmo documento e reiniciar a numeração automaticamente é necessário inserir uma quebra de seção.
- d) para ativar ou desativar o recurso de numeração automática o usuário pode fazer uso do ícone  disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho F12.

Questão 20

A planilha eletrônica LibreOffice Calc, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, permite a edição de planilhas, geração de gráficos e cálculos matemáticos e estatísticos. Sobre recursos desse software constata-se o seguinte:

- a) a fórmula =SOMA(C1;C5) inserida na célula C5 apresentará o mesmo resultado da fórmula =C1+C2+C3+C4+C5 inserida na célula C6.
- b) ao inserir na célula C6 a fórmula =SOMA(C1:C4) a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida a soma dos valores contidos nas células C1, C2, C3 e C4.
- c) ao inserir na célula C6 a fórmula =MED(C1;C5) a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida a média dos valores contidos nas células C1 e C5.
- d) ao inserir na célula C9 a fórmula =MAX(D7:E8) a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida o maior valor entre os valores contidos nas células D7 e E8.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Penal**Questão 21**

João, ao sair do mercado, pega uma bicicleta idêntica à sua, que havia estacionado do lado de fora do estabelecimento, e deixa o local conduzindo-a. Ao fazer isso, incide em erro

- a) de direito
- b) na execução
- c) de tipo
- d) de proibição

Questão 22

João, que nunca usou uma arma de fogo, manuseia uma e acaba por dispará-la, matando José, que a tudo assistia ao seu lado. Ao fazer isso, pratica uma conduta culposa

- a) imprudente
- b) negligente
- c) imperita
- d) inconsciente

Questão 23

Sobre o crime de lesão corporal, verifica-se o seguinte:

- a) por tratar-se de crime material, a consumação ocorrerá quando a ofensa incidir apenas sobre a saúde física da vítima.
- b) será gravíssima a lesão se dela resultar o abortamento, desde que este tenha sido o resultado visado.
- c) será reconhecida a qualificadora da deformidade permanente quando a ofensa ocorrer no rosto da vítima.
- d) a diferença entre a contravenção penal de vias de fato e a lesão corporal está na inexistência de dano à incolumidade física da vítima.

Questão 24

Sobre o crime de posse de drogas para consumo pessoal, previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, tem-se que

- a) a admoestação verbal é medida prevista como pena principal a ser aplicada nos casos de posse para consumo pessoal.
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade poderá ter a duração máxima de 10 (dez) meses, em caso de reincidência.
- c) a prescrição ocorrerá em 3 (três) anos, ou seja, no prazo mínimo previsto para essa causa extintiva de punibilidade prevista no Código Penal.
- d) em caso de descumprimento injustificado pelo agente, o juiz poderá converter diretamente a pena de prestação de serviços à comunidade em multa.

Questão 25

Sobre o crime de ameaça praticado no contexto de violência doméstica (Lei n. 11.340/2006), segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, verifica-se que a ação penal é

- a) privada personalíssima
- b) condicionada a representação da ofendida
- c) pública incondicionada
- d) privada

Espaço para rascunho

Questão 26

O oficial de justiça que, acompanhando o cumprimento de uma ordem judicial de busca e apreensão pela polícia, diante da recusa do morador em facultar a entrada na residência, determina o arrombamento da porta pelos agentes policiais, atua em

- a) estado de necessidade
- b) obediência hierárquica
- c) exercício regular de um direito
- d) estrito cumprimento do dever legal

Questão 27

No que respeita ao crime de injúria, verifica-se que

- a) a consumação ocorre quando a emissão do conceito negativo chega ao conhecimento da vítima.
- b) a retorsão imediata é causa de diminuição de pena, de observância obrigatória pelo magistrado quando da prolação da sentença.
- c) é admitida a exceção da verdade, quando ocorrer ofensa à dignidade e ao decoro da vítima.
- d) a pessoa jurídica pode ser vítima do crime de injúria, tendo em conta gozar de reputação perante o mercado.

Questão 28

Sobre os crimes contra o patrimônio, verifica-se que

- a) para o aperfeiçoamento do crime de receptação, necessária se faz a existência de anterior crime contra o patrimônio.
- b) no roubo próprio, a violência ou grave ameaça deve ser empregada depois da efetiva subtração do objeto.
- c) a simples relação de emprego ou hospitalidade não é bastante para configurar a majorante do abuso de confiança no crime de furto.
- d) no delito de apropriação indébita a reparação do dano antes do oferecimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Processual Penal**Questão 29**

O inquérito policial

- a) deve ser submetido ao contraditório, nos casos em que o investigado estiver preso.
- b) é sigiloso, não podendo o defensor, no interesse de seu representado, ter acesso aos elementos de informação produzidos.
- c) poderá ser arquivado por determinação da autoridade policial.
- d) é procedimento inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial.

Questão 30

Se o membro do Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, mas se o magistrado considerar improcedentes as razões invocadas, o juiz deve, segundo o Código de Processo Penal:

- a) encaminhar o inquérito policial ao ofendido para, caso queira, propor queixa subsidiária ou insistir no pedido de arquivamento.
- b) enviar o inquérito policial à autoridade policial para continuidade das investigações ou oferecimento da denúncia.
- c) remeter o inquérito policial ao procurador-geral de justiça para que este ofereça denúncia, designe outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insista no pedido de arquivamento.
- d) devolver o inquérito policial ao promotor de justiça determinando que este ofereça a denúncia.

Questão 31

A prisão temporária

- a) poderá ser decretada pelo juiz, durante o curso do processo penal, de ofício ou a pedido do Ministério Público.
- b) possui, no caso de crimes hediondos, prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) será decretada pelo juiz, durante a fase investigativa, de ofício ou a pedido da autoridade policial.
- d) poderá ser decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou no curso do processo penal.

Questão 32

Segundo a Constituição Federal, a interceptação telefônica está condicionada à prévia autorização judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de

- a) investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) investigação administrativa ou cível ou instrução processual penal.
- c) instrução processual cível e penal ou investigações cíveis ou criminais.
- d) instrução processual penal ou procedimento administrativo.

Questão 33

Segundo o Código de Processo Penal, a denúncia será rejeitada se

- a) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- b) houver classificação jurídica incorreta quanto ao crime descrito na peça acusatória.
- c) o promotor de justiça arrolar testemunhas em número superior ao previsto em lei.
- d) o promotor de justiça deixar de pedir a citação do acusado.

Espaço para rascunho

Questão 34

No que concerne às provas, segundo o Código de Processo Penal, o magistrado

- a) que, durante o curso do processo ou da investigação criminal, tiver contato com as provas consideradas ilícitas ou ilegais não poderá, após declará-las inadmissíveis, proferir sentença ou acórdão.
- b) poderá ordenar, de ofício, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada das provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- c) formará sua convicção pela livre apreciação das provas e, dessa forma, poderá fundamentar sua sentença exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase de investigação criminal.
- d) não poderá, em face do princípio acusatório, mesmo no curso da instrução, determinar diligências de ofício para dirimir dúvida sobre ponto processual relevante.

Questão 35

Compete ao juízo criminal singular processar e julgar os crimes:

- a) contra a organização do trabalho.
- b) políticos.
- c) praticados em detrimento de bens de sociedades de economia mista.
- d) dolosos contra a vida.

Questão 36

Segundo o Código de Processo Penal, a citação será por

- a) carta registrada, em regra, com aviso de recebimento.
- b) carta precatória, se o réu estiver no estrangeiro, em lugar sabido.
- c) edital, quando o réu estiver preso na unidade da federação em que o juiz exerce sua jurisdição.
- d) edital, no prazo de 15 dias, se o réu não for encontrado.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Constitucional

Questão 37

A Constituição Federal, ao garantir a igualdade de todos perante a lei, no artigo 5º, determina que não haverá distinção de qualquer natureza entre as pessoas, o que tem sido entendido como a vedação de diferenciações arbitrárias. Isso tem norteado a atuação do judiciário, do legislativo e do executivo pátrios, que buscam conferir plena eficácia ao dispositivo constitucional ao entender que é

- permitido o tratamento normativo diferenciado, qualquer que seja a finalidade imediata do ato normativo ou o fim mediato visado por ele e a proporcionalidade entre ambos.
- permitido norma genérica impeditiva de diferenciações consoante valores constitucionais, qualquer que seja a finalidade do ato normativo ou o fim imediato por ele visado.
- vedado à autoridade pública interpretar e aplicar a lei de forma a criar ou aumentar desigualdades arbitrárias, qualquer que seja a finalidade da ordem normativa.
- vedada a criação de tratamentos diferenciados, consoante os valores constitucionais, por ordem normativa de qualquer natureza, qualquer que seja a finalidade do ato.

Questão 38

O direito de greve foi ampliado na Constituição Federal de 1988, no âmbito dos direitos sociais dos trabalhadores, o que tem sido garantido pelos efeitos da norma constitucional. Como direito de autodefesa consistente na abstenção coletiva e simultânea ao trabalho, a sua normatização e seu exercício têm efeitos nos planos interno e externo. Nesse sentido, verifica-se que

- no plano da eficácia interna, trata-se de um direito subjetivo negativo, não podendo o trabalhador ser impedido de fazer greve.
- a norma constitucional tem eficácia externa pois compete à lei definir a oportunidade do exercício de greve e os interesses a serem defendidos.
- no plano de eficácia externa imediata, em relação às entidades privadas, o exercício do direito de greve é violação do contrato de trabalho.
- a norma constitucional tem eficácia contida, tendo em vista que o exercício do direito de greve depende de legislação ordinária regulamentadora.

Questão 39

Os direitos políticos constituem garantia constitucional de atuação da soberania popular. A Constituição Federal prevê expressamente que uma das formas do exercício da soberania popular se dá pela realização direta de consulta popular, mediante plebiscitos e referendos. Salvo hipótese de previsão expressa na Constituição,

- cabe ao Senado Federal convocar referendo e plebiscito, ouvido o Presidente da República.
- compete ao Congresso Nacional, com autorização do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.
- compete privativamente ao Presidente da República autorizar referendo e convocar plebiscito.
- cabe privativamente ao Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito.

Questão 40

A noção de responsabilidade da autoridade pública se constrói historicamente, indo da irresponsabilidade total à regulamentação específica, com atribuições de responsabilidades com caráter constitucional. A Constituição Federal Brasileira prevê normas especiais para responsabilização do Presidente da República, garantindo-lhe imunidades formais. Em razão dessas normas, o Presidente da República

- poderá ser processado por crime comum ou de responsabilidade após juízo de admissibilidade do Congresso Nacional.
- poderá ser processado por crime comum ou de responsabilidade após juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.
- não poderá ser processado por crime de responsabilidade no exercício de sua função.
- não poderá ser processado por crime comum no exercício de sua função.

Questão 41

Em razão das características da atuação do Poder Judiciário, são-lhes conferidas garantias institucionais e aos seus membros. Tais garantias são apontadas como imprescindíveis ao exercício da democracia, à separação de poderes e ao respeito dos direitos fundamentais. As garantias institucionais são as

- a) que garantem a liberdade e a imparcialidade do juiz, compreendendo a irredutibilidade de subsídios.
- b) conferidas ao poder judiciário para a sua independência, garantindo a inamovibilidade e a vitaliciedade dos juízes.
- c) que garantem a independência do poder judiciário, compreendendo a autonomia funcional, administrativa e financeira.
- d) conferidas aos magistrados, como vitaliciedade e inamovibilidade, para lhes assegurar a atividade judicante.

Questão 42

O direito de propriedade vem sendo entendido como a garantia constitucional que assegura ao indivíduo o monopólio da exploração de um bem. Esse direito vem assumindo faces diferentes, como atributo de sujeitos coletivos como ocorre em casos específicos. O norte, entretanto, para o seu exercício é a função social. Nesse contexto, na propriedade

- a) rural, as condições socioambientais são fundamentais para a conferência da função social.
- b) urbana, a inexistência de plano diretor impede a conferência do atendimento à função social.
- c) rural, o atendimento do cumprimento da função social se estabelece em função da lucratividade.
- d) urbana, o cumprimento da função social restringe-se ao seu uso permanente e continuado.

Questão 43

O artigo 5º, II da Constituição Federal, consagra o princípio da legalidade ao estabelecer que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Esse preceito é multifuncional e tem consequências no ordenamento jurídico, originando muitas expressões, entre as quais se encontram as seguintes:

- a) legalidade administrativa, proibição administrativa, isonomia.
- b) reserva da lei, repositivação da lei, igualdade diante da lei.
- c) processo legislativo, devido processo legal, princípio da isonomia.
- d) vigência da lei, legalidade tributária, devido processo legal.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Administrativo**Questão 44**

Compõem a administração indireta:

- a) União, estados, municípios e Distrito Federal.
- b) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) serviços sociais autônomos e entidades filantrópicas.
- d) órgãos públicos e o terceiro setor.

Questão 45

Pelo significado do princípio da motivação,

- a) a Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação deles ao interesse público.
- b) o administrador tem o dever de explicitar as razões que o levam a decidir, bem como os fins desejados e a fundamentação legal adotada.
- c) o motivo é elemento do ato administrativo, sem o qual a decisão padece de vício.
- d) os atos administrativos materializados em documentos gozam de fé pública.

Questão 46

No contexto do poder disciplinar, a Administração

- a) pode deixar de aplicar o contraditório e de proporcionar ampla defesa nas situações em que a penalidade prevista para a falta disciplinar for de natureza leve.
- b) se utiliza das sanções de avocação e delegação para correccionar servidores.
- c) tem a discricionariedade para decidir entre punir e não punir o servidor que faltou com o dever funcional.
- d) aplica penalidades às pessoas que com ela contratam.

Questão 47

São elementos constitutivos do ato administrativo:

- a) sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
- b) sujeito, objeto, forma e presunção de veracidade.
- c) sujeito, objeto, forma e autoexecutoriedade.
- d) sujeito, objeto, forma e imperatividade.

Questão 48

Acerca dos agentes públicos,

- a) os empregados públicos sujeitam-se ao regime estatutário.
- b) a readmissão do agente público é permitida.
- c) o provimento dos cargos efetivos somente pode ocorrer por meio do concurso público.
- d) os contratados temporariamente vinculam-se a cargo ou emprego público.

Espaço para rascunho

Questão 49

O controle que a própria Administração exerce sobre seus órgãos decorre

- a) do poder regulamentar.
- b) da atividade discricionária.
- c) da tutela.
- d) do poder de autotutela.

Questão 50

Acerca do contrato de concessão de serviço público, verifica-se que:

- a) o concessionário se transforma em órgão público.
- b) a concessionária não responde pelos danos causados a terceiros durante a execução do serviço concedido.
- c) há incidência do princípio da mutabilidade das cláusulas regulamentares.
- d) ocorre a transferência da titularidade do serviço para o concessionário.

Espaço para rascunho

Redação

Nos últimos meses, tem se ampliado o debate sobre a regulamentação da liberdade de imprensa no Brasil e em outros países. A esse respeito, leia a coletânea de textos a seguir.

Texto 1

No dia 3 de maio comemora-se o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Porém, no Brasil há pouco o que comemorar e muito pelo que lutar. Ainda que a Secretaria de Imprensa da Presidência da República defenda que o Brasil vive uma situação de liberdade de imprensa plena, essa percepção passa muito longe da realidade. É esse também o discurso da mídia hegemônica brasileira. Não poderia ser diferente, haja vista seu histórico de má convivência com a democracia e o fato de ter, ela sim, plena liberdade, inclusive para mentir, omitir, manipular, agredir. Sem qualquer limite, a liberdade de empresa suprime com facilidade a liberdade de imprensa, irmã da liberdade de expressão. Diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Ou seja, para a liberdade de imprensa realizar-se, é preciso que os meios de comunicação sejam absolutamente plurais e que haja total facilidade de acesso de todos os cidadãos e grupos sociais à produção e propagação de conteúdo através da mídia.

HAUBRICH, Alexandre. É possível liberdade de imprensa sem liberdade de expressão? Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/comunicacom/15256-e-possivel-liberdade-de-imprensa-sem-liberdade-de-expressao.html>> Acesso em: 10 jan. 2013. (Adaptado).

Texto 2

Ideologicamente, o poder da comunicação de massa não é uma simples inculcação de valores e ideias, pois, dizendo-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, o especialista, o formador de opinião e o comunicador nos dizem que nada sabemos e por isso seu poder se realiza como manipulação e intimidação social e cultural. Um dos aspectos mais aterrorizantes desse duplo poder dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção da culpa e condenação sumária dos indivíduos, por meio de um instrumento psicológico profundo: a suspeição, que pressupõe a presunção de culpa. Ao praticar o terror, a mídia fere dois direitos constitucionais democráticos, instituídos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos: a presunção de inocência (ninguém pode ser considerado culpado antes da prova da culpa) e a retratação pública dos atingidos por danos físicos, psíquicos e morais. É para assegurar esses dois direitos que as sociedades democráticas exigem leis para regulação dos meios de comunicação, pois essa regulação é condição da liberdade e da igualdade que definem a sociedade democrática.

CHAUÍ, Marilena. Fala sobre o poder da mídia. Disponível em: <<http://www.alliance-journalistes.net/article243.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013. (Adaptado).

Texto 3

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe songam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. A imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa de quase todas as funções vitais. Elimine a imprensa da economia e da sociedade ou a envenene e será como se obstruísse as vias respiratórias a um vivente. Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é um país cego, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios que lhe exploram as instituições.

BARBOSA, Rui. A imprensa e o dever da verdade. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_Almprensa_eo_dever_da_verdade.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013. (Adaptado).

Texto 4

De caráter pessoal ou institucional, idealizamos a nossa confiabilidade ou nosso descrédito conforme o que vemos ou nos é apresentado, exigindo, portanto, um posicionamento ético cauteloso e, indubitavelmente, profissional daqueles que formam opiniões ou são responsáveis por sua difusão. Nesse contexto, questiona-se o papel dos meios de comunicação e, não raramente, o posicionamento de pessoas públicas cujo relevo serve de modelo de comportamento para muitos seguidores. O Dr. Ives Gandra, com propriedade, disse que é notório que o principal 'tribunal' desfigurador da imagem das pessoas é a imprensa. Uma acusação veiculada pela mídia em primeira página substitui a 'presunção da inocência', mesmo que a pessoa não seja culpada, impedindo, assim, que sua imagem seja plenamente recuperada um dia. À mídia cabe enorme responsabilidade social e ela deve sempre se ater à qualidade ética, expressão de cidadania. A dignidade da pessoa humana prevalece sobre a liberdade de imprensa, sobretudo num país como o Brasil, em que a democracia solidária implica direitos e deveres.

RODRIGUES, Alberto Silveira. Ética, responsabilidade e as palavras. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2003. p. A3. (Adaptado).

Com base na leitura da coletânea, redija um texto dissertativo argumentativo discutindo a seguinte questão-tema:

Regulamentação da imprensa: preservação de direitos ou tolhimento da liberdade de expressão?

Espaço para rascunho

-
- 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 5
 - 6
 - 7
 - 8
 - 9
 - 10
 - 11
 - 12
 - 13
 - 14
 - 15
 - 16
 - 17
 - 18
 - 19
 - 20
 - 21
 - 22
 - 23
 - 24
 - 25
 - 26
 - 27
 - 28
 - 29
 - 30